

DO PREJUÍZO À TRANSGRESSÃO: O DISCURSO SOBRE O MOVIMENTO GREVISTA NA IMPRENSA

INJURY TO THE TRANSGRESSION: THE DISCOURSE ON STRIKE IN THE PRESS

Patrícia Regina Schuster
Universidade Federal de Santa Maria – RS – Brasil

Ângela Cristina Trevisan Felippi
Universidade de Santa Cruz do Sul – RS – Brasil

Resumo: Este artigo discute como o principal jornal da região do COREDE Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul - Brasil, a *Gazeta do Sul*, construiu o discurso sobre episódios grevistas ocorridos na região durante a década de 1980. A reflexão aponta que os sentidos atribuídos a esses eventos pelo jornal terminam por redesenhar o acontecimento jornalístico. Por meio da análise de discurso, observa-se que os embates entre capital e trabalho na referida região se dão também na arena midiática e que suas construções discursivas estão inclinadas à marginalização da manifestação dos trabalhadores. No caso das greves, na publicação em análise, majoritariamente, as notícias privilegiam dois enfoques: (1) de que as paralisações resultam em prejuízo e (2) que representam uma transgressão.

Palavras-chave: Movimento grevista, análise de discurso, imprensa regional.

Abstract: This article discusses how the region's leading newspaper COREDE Vale do Rio Pardo, Rio Grande do Sul - Brazil, *Gazeta do Sul*, built the discourse on strike episodes occurred in the region during the 1980s. Reflection shows that the meanings attributed to these events by the newspaper end up redrawing the event reporting. By means of discourse analysis, it is observed that the conflicts between capital and labor in that region also take place in the media arena and their discursive constructions are inclined to the manifestation of the marginalization of workers. In the case of strikes, in the publication under review, mainly, the news focus two approaches: (1) that the outcomes result in injury and (2) that represent a transgression.

Keywords: Strike movement, speech analysis, regional press.

INTRODUÇÃO

Entregar-se ao desvendamento de um discurso é como andar sobre um terreno pantanoso. Seus alicerces são sempre frágeis: certezas que escapam e verdades que se desmancham, por serem atravessadas pela linguagem. Silva (2002, p. 47), numa de suas muitas travessuras linguísticas, traduz melhor: "Falar nem sempre quer dizer alguma coisa. Dizer nem sempre exige uma fala". Ainda, no dizer de Pêcheux (1995), não existe poder autônomo nas palavras.

Partindo desse pressuposto teórico-metodológico, o artigo analisa como foram construídas as notícias sobre o movimento grevista da década de 1980, pelo

jornal hegemônico da região do COREDE Vale do Rio Pardo¹, no Rio Grande do Sul – Brasil, a *Gazeta do Sul*. Busca compreender, num primeiro momento, como a notícia produz significados, como o jornalismo transporta mensagens repletas de sentidos e vozes que, por vezes, tendem a se tornar *consensos de significação*, seja pelo discurso referencial que o jornalismo assume, seja pela penetração e força da mídia nas últimas décadas.

Estudam-se dois casos empíricos eleitos entre os tantos episódios grevistas da década na região: a greve dos inspetores sanitários, de 1985, e a greve geral, de 1987.

A notícia: um todo que significa

É da cultura, segundo Lage (2006, p. 5), a iniciativa de ordenar as impressões do cotidiano, atribuindo-lhes “essências e valores simbólicos”. O repertório cultural do interlocutor será, dessa forma, central para a construção dos sentidos no discurso. Nessa perspectiva, o jornalista tem grandes responsabilidades na condução desse processo. Ele é o sujeito (enquanto locutor) designado a “clarear” o mundo². E para que a ação se materialize, a língua é fundamental. Logo, a ligação entre os acontecimentos e os referenciais culturais só toma forma se tiver como um dos pilares a linguagem. Lopes (2006, p. 2) confirma:

Considerando as notícias como práticas sociais construídas mediante o emprego de linguagem verbal ou de outros recursos semióticos que integram um contexto social e histórico, elas possuem a importante função de produzir, reproduzir, manter e/ou transformar as representações sociais, as identidades e as relações sociais.

O meio é a palavra, como Bakhtin e Voloshinov (1997) sublinham, e essa aloja nas suas entranhas a ideologia. O sujeito (locutor) vê-se obrigado a oxigenar tais palavras a partir das suas reflexões ideológicas e do meio social em que interage. O enunciado nada mais é, a partir da teoria bakhtiniana, do que o saldo da valoração dada ao sentido.

A fórmula propagada pelos veículos de comunicação não é essa. A prática jornalística está calcada no paradigma da referencialidade da língua, no relato dos fatos sem subjetividade. Entretanto, as notícias estão muito distantes de ser o “espelho da realidade”. Segundo Charaudeau, a captura da realidade empírica se dá sempre através de um dispositivo que filtra a cena baseado em modos particulares

¹ O COREDE Vale do Rio Pardo é constituído por 23 municípios, a saber: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz (ATLAS, 2010). Essa região corresponde, quase integralmente, à área de circulação do jornal *Gazeta do Sul*.

² Lembrando que essa é uma perspectiva do jornalismo de tradição iluminista.

de considerar determinado assunto. “Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvelá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade” (2006, p. 131).

É do código linguístico humano, como reiteram Motta, Costa e Lima (2005, p. 31), a obrigação de entrelaçar relações de significados plurais. Jamais uníssonos ou canônicos. As “coisas” só passam a fazer sentido – agregar e desagregar conceitos – quando intermediadas pela língua, mas esta não é inocente, como se viu. Nem pode ser entendida como um estatuto abstrato. Evidentemente, a notícia, cuja musculatura sustenta-se na língua, não está na contramão deste preceito. Ela não passa do rumor de uma história/fato. A hipótese sustentada por Mouillaud (2002) é de que determinado acontecimento seja a sombra projetada por conceitos há muito criados pelo sistema de informação. Ou, como prefere Charaudeau (2006, p. 20):

[...] as mídias não são mais que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo.

Em suma, a língua – e a narrativa jornalística -, fatalmente, precisa ser apreendida como algo que produz sentidos, que faculta a permanência ou a ruptura do homem *versus* o cenário em que ele está inserido. A linguagem, sob este ponto de vista, é o discurso, a palavra em movimento, o palco onde são travados os conflitos e os acordos sociais.

O discurso, por sua vez, especialmente aquele emitido pelos canais de imprensa, chega a nós imbuído de sentidos que não se sabe ao certo onde foram concebidos, mas que são construídos dia após dia pela mídia e que “significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2001, p. 20). Isso é, mortos são mortos, como elucida Charaudeau (2006), mas para que signifiquem genocídio, vítimas do destino ou purificação étnica, é imprescindível inserir tal fato dentro de um contexto de inteligibilidade de mundo que direcione para uma rede de valores próprios a cada grupo social. “Ou seja, para que o acontecimento exista é preciso nomeá-lo. O acontecimento não significa em si”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 131). E a notícia, que nada mais é do que a estrutura simbólica capaz de mediar os acontecimentos sociais, realiza este trabalho: nomeia, batiza e condensa discursos das mais variadas esferas. Fausto Neto (1991, p. 30) referenda essa noção de notícia partindo da premissa de que ela se funda a partir de uma formação substantiva, “algo que tenta se colocar no lugar de outra coisa que lhe é exterior”.

Como a notícia é resultado de práticas discursivas, relacionadas às práticas sociais, a ideologia se faz presente. As notícias são, portanto, um dos lugares do ideológico. Os leitores, ouvintes, telespectadores e internautas muitas vezes não percebem as investidas ideológicas que são subjacentes às notícias. Atentando que a significação se dá justo na margem instituída pelos e nos interlocutores que integram aquele ato comunicacional.

É a ideologia que governa a notícia e não uma manipulação forjada. E dessa dimensão, infelizmente, o jornalista não consegue se despir. Pêcheux (1995) reafirma esse processo, retorquindo uma importante corrente, cujo ferramental teórico propõe um sujeito espontâneo.

[...] o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não "existe em si mesmo" (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (reproduzidas) [grifos do autor]. (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Muito embora estudos contemporâneos incorporem o que Travancas (2007) faz ressalva sobre o sujeito na construção do sentido. Para a autora, "construção do sentido da informação jornalística requer a participação do cidadão tanto na sua confecção quanto no seu entendimento. A narrativa jornalística é, por definição, uma narrativa que se tece pela participação. Ela mobiliza mais que anestesia" (2007, p. 17). Jacks e Escosteguy (2005) também radiografam um sujeito empreendedor, subjugado pela sua estratosfera cultural, capaz de dirigir as mediações entre sujeito-receptor.

A ideologia é um ingrediente essencial, mas não único. Ela não é palpável. Um texto, palavra, expressão só faz sentido sob a perspectiva de quem o ativa (o sujeito). Ademais, é na ideologia que está enraizada a partitura que dará o tom das regras a serem seguidas na construção da notícia. Essas regras são oriundas de diferentes instâncias do poder: institucional ou do próprio combate travado dentro da sala de redação, cujos atores têm incumbências distintas.

No momento em que o jornalista começa a elaborar seu texto, a cada palavra, frase, sentidos começam a ser atribuídos à notícia (lembrando que este sempre está ancorado no aspecto ideológico). O acontecimento vai, como se fosse um quebra-cabeça, sendo montado. Se a gramática da produção discursiva é regulamentada pela língua, matrizes culturais, regras sociais, códigos de ética e de normatização da prática jornalística, ideologia, o fato contado não poderia ir na contramão dessa via. Cada jornalista, enquanto sujeito, é constituído de pré-construídos ímpares³, o que faz que um mesmo episódio possa ganhar as mais variadas construções. E como a dinâmica da prática jornalística envolve a produção, circulação e o consumo de bens simbólicos repletos de sentidos, ao eleger determinadas palavras ao invés de outras, adotar uma estética gramatical e uma forma de estruturar o texto em detrimento de outros estilos, o jornalista busca produzir certos sentidos em detrimento de outros. E esse processo se complexifica ainda mais porque a produção efetiva dos sentidos estará ligada ao consumo da notícia.

³ É preciso observar que os pré-construídos não são singulares. O sujeito, ao constituir-se como tal, é que se posiciona ideologicamente de maneira exclusiva. Isto é, as ideologias – socialistas, neoliberais, comunistas, para mencionar algumas – existem, mas cabe ao sujeito fazer a sua escolha. Enquanto jornalista, ele a faz porque é socialmente motivado, embora nem sempre se dê conta disso. Portanto, toda e qualquer preferência ou seleção têm como pano de fundo o subjetivo.

Lopes (2006, p. 3) aponta: “Exatamente por isto, em sua tentativa de interpretação, o leitor busca reduzir a ambivalência, optando por um sentido particular”.

No entanto, não restam dúvidas que, ao realizar o trabalho de simbolicamente descrever o mundo a partir de escolhas próprias (inconscientes, ou não) é o jornalista quem capitania a concessão dos sentidos ao ritual da palavra jornalística. Se refutasse esse encargo, aliás, estaria desmistificando todos os ensinamentos clássicos do jornalismo, cujo discurso está afiançado no “realismo” dos fatos.

A greve dos inspetores sanitários

Cabe, antes de imergir no objeto analítico, explicar por que se optou por estudar os eventos grevistas e dentre eles, a greve dos inspetores sanitários e a greve geral, ocorridas na década de 1980. Trata-se de um momento ímpar na história nacional. Foi a partir do fim dos anos 70 que o Brasil viveu seu mais vigoroso ciclo grevista já registrado até então. Este fenômeno não só mudou os contornos sindicais do país - foi durante esse período que surgiu a Central Única dos Trabalhadores, a CUT-; emergiram lideranças sindicais, entre elas a de Luiz Inácio Lula da Silva, como redesenhou o espectro político e econômico do país.

Julga-se indispensável ainda justificar o porquê das duas greves selecionadas - greve geral dos inspetores sanitários (1985) e greve geral (1987). Num vasto universo de ocorrências, ambas foram eleitas por representarem de maneira categórica a forma como foram edificadas os discursos acerca do movimento paredista, realizado no decênio de 1980, pela *Gazeta do Sul*, e, sobretudo, dão conta dos sentidos que o jornal majoritariamente construiu sobre o movimento grevista: da transgressão e do prejuízo.

O jornal em estudo tem hegemonia na região do COREDE Vale do Rio Pardo. É um dos únicos diários, sendo o mais antigo – criado em 1945 –, de maior tiragem e abrangência e pertence ao maior grupo de comunicação da região – o *Gazeta Grupo de Comunicações*, detentor de outros jornais, emissoras de rádios, portal de notícias, provedor de internet e uma concessão de televisão (ainda não colocada no ar). A *Gazeta do Sul* tem tiragem entre 15 mil e 18 mil exemplares, é veiculada de segunda-feira a sábado, com 66% dos exemplares circulam em Santa Cruz do Sul, município que sedia a produção, e os demais na região de abrangência da publicação, composta por 12 municípios (SCHUSTER, 2011).

Dito isso, o primeiro movimento estudado, dos inspetores sanitários, refere-se à greve realizada em 1985. Na sequência, alguns trechos das notícias sobre essa greve.

Greve dos fiscais: frigorífico pára e **pode faltar carne**

Em Santa Cruz, **por enquanto**, o abastecimento de carne tem sido normal, **mas existe o risco de que o mercado seja suprido por produtos clandestinos** [...]. (SD1) (Manchete e texto da capa - *Gazeta do Sul* – 07 mar. 1985).

Abastecimento de carne continua normal, mas **frigoríficos sofrem grandes prejuízos**

A greve dos inspetores sanitários **ainda não conseguiu abalar** a comercialização de carne na região [...].

[...] se a situação não for contornada, as **consequências podem se agravar nos próximos dias**.

Em Rio Pardo, onde o problema é mais grave, **quatro açougues já cerraram as portas, por falta de produto**.

Já nas exportações **os prejuízos para as indústrias e matadouros são grandes**. (SD2) (Título e trechos da mesma notícia - *Gazeta do Sul* – 07 mar. 1985) [*grifos das autoras*].

Analisando os recortes, na SD⁴1 o trecho *pode faltar carne* é uma ameaça explícita. Carne faz parte do cardápio de boa parte da população. A sua ausência no mercado poderia trazer problemas à saúde. Malefício que pode ser ainda maior se o *mercado for suprido por produtos clandestinos* – não fiscalizados pelos inspetores sanitários que estão em greve. Mas o problema não fica subjugado à esfera social. É econômico, uma vez que afeta toda a cadeia da carne, como sugere a SD2. Se frigoríficos e açougues estão *fechando* ou deixando de comprar carne o problema aumentou sua circunferência. Numa das pontas da cadeia produtiva estão pecuaristas, suinocultores e demais produtores de carnes de outras espécies que também estão deixando de comercializar seus produtos. São esses os sentidos propostos pela *Gazeta do Sul* sobre o movimento grevista desta categoria de trabalhadores.

Engavetadas nestas SDs há duas coesões frasais que chamam atenção: *por enquanto* e *ainda não conseguiu*. São recursos linguísticos que sugerem que o prejuízo está próximo. A conjunção adversativa *mas* (SD1) evoca o sentido inverso para o *abastecimento normal*: ele pode se tornar atípico a qualquer momento. E esse sentido é robustecido na SD2, quando a *Gazeta do Sul* avisa que as *consequências podem se agravar nos próximos dias*.

Tomando esse movimento grevista construído discursivamente pela *Gazeta do Sul*, entendemos que há predominância de sentidos que se alinham ao discurso patronal.

Braços cruzados: a greve geral na Gazeta do Sul

A greve geral ocorreu em agosto de 1987. Todo o país “cruzou os braços”⁵ por alguns dias naquele mês. Foi nessa circunstância que a *Gazeta do Sul*, no final da década de 80, já habituada a veicular esses acontecimentos, manifesta sua forma de noticiá-los (que passaria a ser recorrente). Talvez o gesto mais concreto tenha sido, ao mesmo tempo, o mais latente. Ao criar um selo⁶ para a greve geral, utilizada no topo de uma das duas páginas inteiras que narraram todo o desfecho

⁴ SD é a abreviação de Sequência Discursiva. Tratam-se de trechos extraídos de notícias que fizeram parte do conjunto das duas ações grevistas selecionadas para compor o *corpus* deste artigo.

⁵ Atitude caricata dos grevistas.

⁶ Selo é um recurso gráfico que marca uma reportagem. Seu uso é muito frequente em série de reportagens. É composto por uma pequena expressão e um desenho que se repete.

do dia 20 de agosto (data da paralisação), a *Gazeta do Sul* pré-anunciou um cenário de barbárie.



Fonte: *Gazeta do Sul*, 22 ago. 1987.

As letras da palavra “greve” estão escorrendo, como se tivessem sido pichadas. A impressão é que tenha sido feito rapidamente, na clandestinidade, na ilegalidade. Pichar é crime. São classificados como vândalos aqueles que adotam esse tipo de prática, que suja a cidade, o patrimônio (público e privado). Sob a influência das primeiras impressões, isso tende a dizer pouco. Só que é

[...] o tipo de letra, é o lugar na edição da página, é a foto que respalda o título que, juntos constroem a “imagem da invasão” [a autora está fazendo alusão às ações do MST] e, estes, em conjunto, estruturam e organizam a leitura e estabelecem as normas para o tipo específico de contrato com os sujeitos destinatários. (BERGER, 1998, p. 156).

Consequentemente, esta marca discursiva foi a senha para sintetizar como seria todo o itinerário discursivo da *Gazeta do Sul* sobre a greve geral. Esse processo já havia iniciado na edição anterior, quando o jornal sugeriu o “conteúdo” do contrato que estaria fazendo com o seu leitor.

“Partindo deste princípio, a classe patronal não acredita em nenhuma **manifestação violenta**, dispensando maiores preocupações”. (SD1) (Trecho da fala do vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Júlio Machado, extraído da notícia *Machado: este não é o momento para uma greve - Gazeta do Sul*, 20 ago. 1987).

Brigada garantirá a ordem

“Nós não teremos um esquema especial. Apenas vamos **aumentar o número de policiais nas ruas, porque o dia será atípico**”. (SD2) (Título e trecho da fala do capitão da Brigada Militar, Oraci Rossoni, extraído da mesma notícia - *Gazeta do Sul*, 20 ago. 1987)⁷. [grifos das autoras]

⁷ As palavras grifadas em negrito servirão para chamar a atenção para alguns termos/expressões que reiteram aquilo que se pretende confirmar. Todos os destaques são de responsabilidade das autoras deste artigo.

A declaração do representante da patronal (SD1) ajuda a estigmatizar os trabalhadores grevistas como violentos. Ao *acreditar que não haverá ocorrências de manifestações violentas*, ele carrega entendimentos implicados, quais sejam, de que as greves podem se transformar numa ação de selvageria. Essa proposição fundamenta a presença do Estado, por meio das forças policiais. *A Brigada vai garantir a ordem e, mais do que isso, aumentar o efetivo já que o dia será atípico* (SD2).

Dessa sequência é possível vislumbrar ainda que a opção pela fala da polícia (capitão da Brigada Militar) exprime a parcialidade do veículo, em particular, em favor de uma camada elitizada da sociedade. A greve nem mesmo havia ocorrido, entretanto, a *Gazeta do Sul* já fomentava sua criminalização, legitimando punições para quem não respeitasse os princípios constitucionais (no período, greve ainda era ilegal) ou as organizações empresariais. É sob uma fachada meramente retórica e fictícia de “bem comum” que a mídia faz a defesa do capital. “[...] sendo a greve o alvo mais importante, em contraposição a uma espécie de ‘laissez faire’ no *mercado de trabalho* [grifo do autor], o que explica cabalmente a oposição radical a toda e qualquer greve concreta” (FONSECA, 2003, p. 82-83).

Na edição seguinte ao dia da greve geral (22 de agosto de 1987), o jornal notícia:

“Nós sabemos que alguns grevistas, ao passarem defronte às lojas onde trabalham, aproveitaram a oportunidade para **ofender seus patrões**”. (SD3) (Trecho da fala do presidente do Clube dos Diretores Lojistas, Carlos Roberto Gruendling, extraído da notícia *Segundo o CDL, 80,37% dos comerciários trabalharam - Gazeta do Sul*, 22 ago. 1987).

[...] empresários ouviram este *slogan* – “**ou fecha, ou nós entramos e quebramos tudo**”. Ficou-se sabendo, também, que em certos estabelecimentos, alguns funcionários, mesmo sem a intenção de fazer greve, **foram persuadidos (com ameaças) a integrarem o movimento**. (SD4) (Trecho de um dos textos do *Panorama Geral*, intitulado *Resposta aos grevistas - Gazeta do Sul*, 25 ago. 1987). [grifos das autoras]

O produto informativo não traz grevistas no palco narrativo, mas, sim, contraventores: aqueles que *ofendem patrões* (SD3) e os que *entram e quebram tudo* (SD4). Os últimos estão, inclusive, na iminência de delinquir contra a propriedade privada. O fato de alguns terem sido *persuadidos* ou *ameaçados* (SD4) tem, da mesma forma, pretensão de desqualificar o movimento grevista. Se não fossem pelas *ameaças*, a greve poderia não ter acontecido. A imagem de que as entidades representativas dos trabalhadores – articuladoras da greve – não possui legitimidade das suas bases também pode ser recuperada no interdiscurso.

Na mesma edição, a *Gazeta do Sul* afasta-se um pouco da posição de narrador e deixa emergir uma voz que, hipoteticamente, não tem a sua rubrica. Todavia, a estratégia segue sendo afiançar sentidos infames à prática grevista.

Na realidade, os **rompantes dos líderes sindicais** começam a não ser mais bem sucedidos, porque os movimentos grevistas muitas vezes têm descambado para a **desordem** provocada por **piquetes irresponsáveis**. Ao

invés do legítimo trabalho de convencimento, partem para a **apelação da marra e da violência**, esquecendo que o mesmo direito que eles têm de fazer greve os outros têm de fazer o que bem entenderem. Tão sagrado quanto o direito de greve é o direito ao trabalho. (SD5) (Trecho da coluna *Canto de Página*, assinada por Guido Kuhn, cujo título era *A greve II - Gazeta do Sul*, 22 ago. 1987). [grifos das autoras]

As colunas (*Canto de Página* era uma coluna assinada pelo jornalista Guido Kuhn), para que se deixe claro, são espaços destinados aos comentários. O sujeito enunciador goza de relativa liberdade quanto às apreciações que faz sobre determinada circunstância. No entanto, a argumentação jornalística, em tese, deveria estar marcada pela ponderação: se há um julgamento pró, as opiniões contra deveriam estar arroladas.

[...] pois o comentário midiático deveria ajudar na constituição da opinião pública: informar para auxiliar o cidadão a formar uma opinião equivale a não tomar partido; mas não tomar partido seria desenvolver a argumentação de um ponto de vista externo, onipotente (acima da multidão), ao qual somente uma argumentação de tipo científico poderia pretender. Ora, o comentário jornalístico, por definição, não pode ser uma análise científica. (CHARAUDEAU, 2006, p. 183).

No texto *A greve II* (SD5), o jornalista que assina a coluna aponta a greve como *desordem*, promovida pelos *rompantes dos líderes sindicais*, que partem *para a marra e a violência*. Desta forma, o jornal estabelece um silêncio constitutivo que explora o sindicalista (indivíduo que, normalmente, encabeça as greves) como um ser de conduta hostil, que acaba por contagiar o movimento na sua totalidade. O jornalista ainda não apresenta um argumento sequer para que, ao menos na superfície, pudesse demonstrar contrabalanceamento opinativo. Isso não é tudo. Os *piquetes* (que por si só são causadores de enfrentamentos) são *irresponsáveis*, o que dilata o seu efeito nocivo.

Na edição do dia 25 de agosto de 1987, a *Gazeta do Sul* traz novas repercussões sobre a greve geral. Agora, é a vez de um cidadão (ã) emitir o seu parecer, por meio da seção de Cartas.

Tudo aquilo não era uma **brincadeira, divertimento ou anarquia**. Era sim, uma batalha das mais árduas. (SD6) (Trecho de uma carta, intitulada *Comerciários na greve*, assinada apenas com as iniciais E. A. L. - *Gazeta do Sul*, 25 ago. 1987). [grifo das autoras]

Há na SD6 um esforço por parte do autor (a) da carta em desdizer que o engajamento dos comerciários na greve geral não significava *brincadeira, divertimento ou anarquia*. Se há essa preocupação é porque existem pré-construídos opostos entranhados na memória discursiva. A seção de Cartas, nos jornais, serve de suporte para a opinião pública. Muitas vezes, como pensa

Fonseca (2003), trata-se de um meio que socorre a própria opinião do veículo, que, mesmo privada, aspira se passar como “pública”.

Além do mais, segundo Pierre Laborie, deve-se repelir o uso indiscriminado (e popularizado) desta expressão, na medida em que representa uma verdadeira “armadilha”. “Opinião pública” implica movimento, dinamismo, transformação, e não cristalização de uma dada opinião”. (FONSECA, 2003, p. 86).

Ou seja, é nessa mimese discursiva que a *Gazeta do Sul* vai emplacando suas ideias da greve, como se tudo dito até não tivesse a mediação da linguagem, da cultura e da ideologia. “A mídia vende a notícia, cuidadosamente recortada e selecionada, exibindo um discurso parcial, dotado de pré-conceitos e de tratamentos diferenciados. [...] ‘criando’ uma certa forma de ver a realidade que passa a ser assimilada como verdade absoluta”. (FOSCARINI, 2008, p. 11).

Considerações finais

Os dois casos submetidos à análise - greve dos inspetores sanitários (1985) e greve geral (1987) – são representativos para apontar os sentidos imputados pelo jornal *Gazeta do Sul* ao movimento paredista realizado na década de 1980. Percebe-se que os sentidos entretecidos pela publicação à temática “greve” visaram, majoritariamente, colocar tanto a ação em si, quanto os grevistas num lugar “outro”, distinto do lugar dado às forças patronais, ora acionadas como que em defesa dos interesses do conjunto da sociedade. Essa, sofredora das consequências dos movimentos grevistas. As marcas localizadas na cobertura jornalística do jornal foram edificadas sob a tutela de duas formações discursivas⁸: (1) da transgressão e (2) do prejuízo.

As duas formas de falar sobre o acontecimento da greve foram sendo instituídas na memória discursiva através de inúmeras estratégias. Palavras (verbos, adjetivos...), artifícios “interativos” (cartas) ou icônicos (selo) e fontes representam algumas das armas utilizadas pela *Gazeta do Sul* para provar o quanto a greve e os grevistas são prejudiciais à sociedade. Neste incestuoso discurso, a Brigada Militar e a “comunidade”, vítima do “descaso” de alguma categoria grevista, tornaram-se “celebridades”. Enquanto isso, as possíveis causas ou intentos destes confrontos terminaram por virar demandas periféricas ou sequer deixaram algum rastro na superfície informativa da publicação.

Os grevistas só saíram da escuridão discursiva para protagonizar personagens depreciativos. Eles foram descritos como os baderneiros, insurgentes, contraventores. Isso equivale dizer que aquilo que é publicado nos canais midiáticos é

⁸ Formações Discursivas: são aquelas que em dada formação ideológica (a ideologia configura-se num dos conceitos chaves para os analistas de discurso seguidores da corrente francesa, já que é a partir dela que uma palavra ou enunciado faz “querer dizer”) determina o que *pode e deve ser dito*.

uma construção, uma narrativa que se materializa de acordo com uma série de fatores (comerciais, editoriais, ideológicos) que determinam o exercício jornalístico. Se a própria realidade é socialmente fabricada, como defende Jaguaribe (2007), a mídia, e nela a imprensa, também o faz como instituição fundamental na organização discursiva do cotidiano.

REFERÊNCIAS

ATLAS Socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã, 2010. Disponível em:

<<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>>. Acesso em: 13 maio 2010.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FAUSTO NETO, Antônio. **Mortes em derrapagem**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 9, n. 2, p. 73-92, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v9n2/v9n2a04.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

FOSCARINI, L. T. O discurso midiático nos meandros da criminalização: contemporaneidade e movimentos sociais. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E PLURALISMO JURÍDICO, 2008, Florianópolis, SC.

Anais... Florianópolis: NEPE, 2008. Disponível em: <www.nepe.ufsc.br/controle/artigos/artigo89.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2011.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Apresenta dados estatísticos sobre o estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:

<<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 17 mar. 2011.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006.

LOPES, Paulo Fernando de Carvalho. A notícia como produtora de sentidos. **Unirevista**. São Leopoldo, v. 1, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Lopes.PDF>. Acesso em: 22 abr. 2010.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 31-51, 2005.

MOUILLAUD, Maurice. A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, S. D. (Org). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 49-83.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3.ed. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1995.

SILVA, Juremir Machado da. O que escrever quer calar? Literatura e jornalismo. In: CASTRO, Gustavo de.; GALENO, Alex (Orgs.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 47-55.

SCHUSTER, Patrícia Regina. **Braços cruzados: o discurso do Jornal Gazeta do Sul sobre o movimento grevista da década de 1980**. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade de Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <http://btd.unisc/Dissertações/PatríciaSchuster.pdf>. Acesso em: 28 de jul. 2011.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **Juventude e televisão: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre os jovens universitários cariocas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL. Núcleo de Pesquisa Social. **Relatório de Pesquisa: avaliação do Jornal *Gazeta do Sul***. Santa Cruz do Sul: NUPES, 2011. Pesquisa encomendada pela Gazeta Grupo de Comunicações.

Submetido em 13/04/2012
Aprovado em 13/03/2013

Sobre as autoras:

Patrícia Regina Schuster

Jornalista, doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista FAPERGS.

E-mail: pati.jornalista@gmail.com

Angela Cristina Trevisan Felippi

Doutora em Comunicação pela PUCRS; Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC.

Endereço: Av. Independência, 2293, sala 505. CEP 96815-900 – Santa Cruz do Sul – RS – Brasil.

E-mail: angelafe@unisc.br